



## Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;  
À Comissão da Reforma Política e Comissão da Reforma do Código Eleitoral do Senado Federal;  
À Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados;

Aos senhores(as) Deputados(as) e Senadores(as)

### CONSIDERAÇÕES DO PSTU SOBRE AS PROPOSTAS PARA UMA REFORMA POLÍTICA

O PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – frente ao debate que ora ocorre no Congresso Nacional e meios de comunicação sobre uma reforma política em nosso país, apresenta neste texto algumas considerações sobre o tema, e algumas propostas.

O nosso partido foi fundado em 1994 por acreditamos que, para além do sistema econômico, social e político em que vivemos, há sim alternativas que assegurariam uma vida digna ao povo brasileiro, em particular aos trabalhadores e ao povo pobre e, ao nosso país, a soberania necessária administrarmos os nossos recursos e para decidirmos livremente nosso destino. Construímos, então, um partido político para defender essas idéias, para defender um projeto socialista para o Brasil.

É em torno à defesa dessas idéias, dos interesses dos trabalhadores brasileiros e da soberania do nosso país que o nosso partido tem se batido desde então. Seja na nossa atividade relacionada aos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores, em nossa atuação institucional, ou ainda em nossa participação no processo político e eleitoral mais propriamente.

O PSTU é a expressão política de um setor minoritário, mas significativo, dos trabalhadores e jovens que se organizam em sindicatos, movimentos populares, organizações estudantis, movimentos de luta contra a opressão e a discriminação, por todas as regiões do nosso país. É ainda pequena a expressão eleitoral que atingimos, mas nos orgulhamos muito de sermos um partido que se move por idéias.

O apoio que têm nossas idéias junto ao conjunto da população, maior ou menor, é reflexo da evolução do próprio processo político do país e da consciência do nosso povo. Mas nunca poderão nos acusar de deixar de defender aquilo que acreditamos para angariar votos onde quer que seja.

1

Av. Nove de Julho, 925, Centro – São Paulo – SP – CEP 01313-000

Tel.: +55 11 5581 5776 – pstu@pstu.org.br

www.pstu.org.br

Recebido em 23, 02, 2011  
As 8:58 horas

*Dirceu Vieira Machado Filho*  
Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões  
Especiais e Parlamentares de Inquérito





## Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Para nós, partido político é isso, um agrupamento de pessoas que se organizam para defender idéias junto à sociedade, as idéias que acreditam ser melhores para o nosso povo e o nosso país. Nós queremos sim, o apoio de setores cada vez mais amplos dos trabalhadores e do povo brasileiro, queremos que cada vez mais trabalhadores e jovens abracem as idéias do PSTU e lutem por elas. Só assim serão possíveis as mudanças que o nosso país tanto precisa. Para nós não serve, portanto, um crescimento em número de votos que implique abandonar as idéias que acreditamos.

O crescimento que o PSTU quer viver - e viverá - é a incidência cada vez maior das nossas idéias junto aos trabalhadores e jovens brasileiros. Lutar para isso é uma obrigação nossa, pois acreditamos naquilo que defendemos. E poder desenvolver esta luta em defesa de nossas idéias, em qualquer regime que se pretenda democrático, é direito inalienável do nosso e de qualquer partido político.

Porque toda essa introdução, se o assunto é a reforma política que, aparentemente, não tem nada a ver com isso? É que para nós tem muito a ver. Abaixo explicamos por que.

### DA NECESSIDADE DE UMA REFORMA POLÍTICA NO SISTEMA PARTIDÁRIO E NO SISTEMA ELEITORAL DO NOSSO PAÍS

Parece óbvia a necessidade. Basta darmos uma breve folheada nos grandes jornais do país para nos depararmos com uma infinidade de iniquidades que são praticadas, seja por partidos políticos, seja por políticos ligados a estes partidos, dentro e fora do processo eleitoral.

É grande o descrédito existente hoje, no seio da população, seja em relação aos partidos, aos políticos e mesmo em relação ao próprio processo eleitoral como via para efetivas mudanças no país. É muito comum a sensação de que há um abismo entre o que os partidos e políticos prometem nos processos eleitorais e o que eles realmente fazem depois de eleitos. Óbvia, portanto, a necessidade de mudanças.

Até aqui não dissemos nenhuma novidade. Mas queremos sim, discutir QUAIS mudanças devem ser feitas. Uma situação ruim não fica melhor com qualquer que seja a mudança que ela sofra. Pode ficar pior. Sempre pode ficar pior. É dessa preocupação que queremos falar, antes de apresentarmos algumas propostas. São ponderações para as quais pedimos alguma atenção dos parlamentares que decidirão sobre a reforma política.





## Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

### A REFORMA POLÍTICA NÃO PODE GERAR RETROCESSOS AUTORITÁRIOS

#### Clausula de Barreira ou Desempenho

Dentre as propostas mais veiculadas nos meios de comunicação e em discursos de alguns dirigentes partidários, está a necessidade de estabelecimento de clausulas de barreira, ou de desempenho. Esta clausula pretenderia restringir ainda mais ou diretamente acabar com o tempo de televisão, com o acesso a recursos do fundo partidário e outros direitos, de partidos que não obtenham um determinado percentual dos votos nas eleições. O argumento é o de que estes partidos pequenos seriam a razão de boa parte das mazelas do processo político do nosso país, como o aluguel de legenda, venda do tempo na TV, e um longo etcetera.

Primeiro uma opinião sobre este pressuposto. Que há partidos – pequenos e grandes - que tem um comportamento que poderia levar a crer que alugam ou vendem sua legenda e tempo na TV, há. Que há comportamentos inaceitáveis de políticos de partidos – pequenos e grandes – sem dúvida, também há sim. Mas, não nos pequenos partidos somente. Alias, nem é razoável dar aos partidos pequenos tanta capacidade assim, de comprometer o processo político do país. Não tem fundamento, portanto, esse argumento.

E mais, quanto a este pressuposto, não podemos deixar de registrar que não há nenhum comportamento desse tipo que possa ser, nem de longe, imputado ao PSTU. Nosso partido não tem nem apóia essa pratica, muito pelo contrário, a condena categoricamente, como é do conhecimento de todos que atuam na política brasileira.

Mas, o mais grave está no mérito dessa proposta. Para ir direto ao assunto, retirar o tempo de TV do PSTU é o mesmo que atirar nosso partido na ilegalidade. Forçaria o PSTU a uma atuação exclusivamente por fora das instituições políticas do país já que, obviamente, abandonar nossas idéias nós não vamos. Em um país das dimensões do nosso, com uma população de 200 milhões de pessoas, é impossível a qualquer partido, ainda mais aos partidos que são pequenos, chegar com suas idéias à população sem recursos financeiros e, principalmente, sem o recurso da televisão.

Ou seja, esta proposta não cabe em nenhuma concepção minimamente democrática de sistema político e eleitoral. Nós já temos um sistema que é profundamente desigual, com alguns poucos partidos monopolizando quase todo o tempo cedido na TV pelo Estado brasileiro. O mesmo ocorre com o acesso ao fundo partidário (vamos voltar a esses pontos nas propostas). Retirar o minúsculo tempo que ainda temos, e os poucos recursos que recebemos do fundo partidário, significa cassar o direito do partido de defender suas idéias junto à sociedade. Medidas assim são típicas de ditaduras, não de democracias.





## Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Implicaria, falando com clareza, em dizer à parcela dos trabalhadores e jovens que se referenciam nas idéias do PSTU que ela não cabe dentro da democracia brasileira. Hoje essa parcela é minoritária, pode ser pequena, é verdade. Mas democracia, liberdade, só existe se é para todos. Não há democracia nem liberdade política se a liberdade e os direitos se restringem aos grandes partidos. Aliás, muitos dos grandes partidos hoje, já foram pequenos ao seu tempo.

Mas não é apenas um direito democrático do nosso partido que estaria sendo cassado. Também um direito da população de conjunto estaria sendo desrespeitado. Direitos iguais de expressão aos partidos é indispensável porque o juízo de valor sobre as propostas e idéias de cada partido não podem ser feitas por eles próprios. Devem ser feitos pela população, que o faz, entre outros mecanismos, pelo voto. E para fazer isso a população tem o direito de conhecer as idéias e propostas de todos os partidos, não apenas dos grandes.

A mesma população que não concorda com as idéias de um partido hoje, pode estar a favor delas amanhã. Retirar do povo este direito de conhecer, opinar, escolher livremente, tem precedente – e de triste memória – na história do nosso país. Não precisamos repetir isso.

Fazemos essa ponderação aqui, de forma direta e clara, porque queremos evitar esse grave retrocesso. E acreditamos que, em sã consciência, nenhum partido ou dirigente político em nosso país iria querer retroceder a regimes ditatoriais. Queremos evitar que isso seja feito inadvertidamente, ainda que as intenções possam ser boas (de acabar com iniquidades que, sim, existem hoje no sistema político e partidário do Brasil).

### **O Chamado Voto Distrital Transformaria o Congresso Nacional em uma Grande Câmara de Vereadores**

Nada contra os vereadores, mas cada um dentro de suas atribuições. O Congresso Nacional tem em suas atribuições definir as leis que norteiam os rumos políticos que são adotados pelo nosso país. Por trás de todas essas decisões deveriam estar – precisam estar – as idéias do que seria melhor para o nosso país. Idéias que precisam ser discutidas com a população e é em torno a elas que a população deveria decidir em quem votar.

Ou seja, é necessário e desejável que o voto para a composição do Congresso Nacional tenha sim, um conteúdo ideológico, no melhor sentido do termo, o de refletir idéias para o país. O voto distrital leva necessariamente a escolha dos componentes do Congresso Nacional a ficar prisioneira dos problemas e interesses paroquiais de cada distrito, inviabiliza completamente a prevalência do debate de idéias na definição do voto. Neste sentido é que este sistema conspiraria para transformar o congresso nacional em uma grande câmara de vereadores. O prejuízo para o país é evidente.





## Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

### **Direito aos Trabalhadores de Candidatarem-se nas Eleições**

Outra proposta que temos ouvido com frequência é a que pretende acabar com o direito dos servidores públicos de, ao candidatarem-se, terem liberação do ponto no trabalho para fazer sua campanha, mantendo-se o pagamento de seu salário pela instituição pública onde trabalha. Chega-se ao absurdo de falar que se trata de um privilégio.

Se levarmos esse raciocínio à realidade concreta, veremos que a base dessa proposta é a idéia de que apenas os ricos deveriam ter direito a candidatar-se nas eleições. Só eles podem se "liberar do trabalho" e ter tempo para fazer campanha, sem depender de salário para sobreviver. Idéias como essa, se adotadas, implicaria em retrocesso evidente no sistema eleitoral brasileiro. Na verdade a mudança que a democracia brasileira precisa é a que estendesse este direito que os servidores públicos tem hoje, também aos trabalhadores do setor privado.

### **APRESENTAMOS A SEGUIR ALGUMAS PROPOSTAS DO PSTU PARA ESTA DISCUSSÃO**

#### **Fim do Financiamento das Campanhas Eleitorais por Bancos e Empresas – Financiamento Público com Limites Estabelecidas em Lei**

Uma análise, por superficial que seja, de todos os escândalos de corrupção que afloraram no país nos últimos anos, permite identificar claramente a incidência aí, do financiamento das campanhas pelos bancos e grandes empresas. Estabelecem-se neste processo, relações de interesse que não tem como ser positivas para o país.

Combater essa verdadeira chaga da política brasileira, em nossa opinião, pressupõe proibir essa forma de financiamento das campanhas. Deve caber ao Estado brasileiro essa função. E, como vivemos em um país que tem muitas prioridades para a aplicação dos recursos públicos que devem vir antes dessa, acreditamos que é preciso definir em lei os limites de gasto para esse fim.

Nossa proposta é que as campanhas presidenciais tenham como limite 500 mil reais para cada candidatura. Para governadores, 300 mil, para senadores, 150 mil, para deputados federais, 100 mil, estaduais 50 mil. Deverão ser definidas normas e teto, também para as eleições municipais.

#### **Condições Iguais para a Disputa Eleitoral**

Acreditamos que é preciso melhorar a legislação atual neste quesito. Nossa proposta é que o tempo eleitoral gratuito na televisão para as eleições majoritárias deve ser distribuído por

5

Av. Nove de Julho, 925, Centro – São Paulo – SP – CEP 01313-000

Tel.: +55 11 5581 5776 – pstu@pstu.org.br

[www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)





## Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

igual entre as candidaturas registradas formalmente. O mesmo deve ocorrer na distribuição do tempo reservado aos partidos ou coligações para a campanha dos deputados e senadores.

Também, no mesmo sentido, deve ser revisto critério de distribuição dos recursos do fundo partidário. E é necessário também definir um teto para o montante a ser distribuído a todos os partidos anualmente, que leve em conta as prioridades adequadas na aplicação do orçamento público.

E acreditamos que é necessário estender aos trabalhadores da iniciativa privada, o direito de liberação de ponto para fazer a sua campanha (sem prejuízo do seu salário e demais direitos) que hoje têm os servidores públicos.

### **Plebiscito para Aprovar Emendas Constitucionais: Ampliação da Democracia e Participação Popular**

Acreditamos que mudanças na Constituição Federal devem observar cuidados maiores do que observamos hoje, no Congresso Nacional. Por outro lado, nosso partido acredita que é desejável um maior envolvimento direto da população nas decisões tomadas no parlamento brasileiro, em particular aquelas que impliquem em mudanças constitucionais.

Assim a nossa proposta é que seja instituída norma estabelecendo que para ter valor efetivo, toda mudança na Constituição Federal aprovada no Congresso Nacional necessitará também de aprovação em plebiscito com participação dos eleitores do país.

### **DO DEBATE DAS PROPOSTAS PARA A REFORMA POLÍTICA**

É natural que o Congresso nacional seja o espaço fundamental das discussões acerca da reforma política. No entanto, acreditamos que é necessário fazer de forma aberta essa discussão, envolvendo a sociedade brasileira da forma o mais ampla possível. A urgência das mudanças não pode levar ao atropelamento da democracia no processo. É preciso tempo e envolvimento da sociedade na discussão.

Assim acreditamos que é importante que se constituam espaços para esta discussão dentro do congresso nacional e que sejam chamadas a dar a sua opinião, instituições democráticas do país, como a OAB, organizações dos trabalhadores, da juventude, movimentos sociais, etc.

E acreditamos que as discussões envolvendo os partidos e políticos não podem se restringir apenas aos partidos com representação no Congresso Nacional. O PSTU respeita as opiniões dos demais partidos, mas também tem opiniões sobre a reforma política, quer apresentá-las e debatê-las lado a lado com as demais propostas existentes.

6

---

Av. Nove de Julho, 925, Centro – São Paulo – SP – CEP 01313-000

Tel.: +55 11 5581 5776 – pstu@pstu.org.br

www.pstu.org.br





## Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Pedimos assim, formalmente, às Comissões constituídas no Senado e na Câmara com a finalidade de discutir a reforma política, que nos seja dada a oportunidade de expor nossas idéias neste processo de discussão em curso.

Sendo só o que tínhamos a dizer até o momento, agradecemos antecipadamente pela atenção, e esperamos um retorno sobre esse nosso pedido.

São Paulo, 21 de março de 2011

José Maria de Almeida  
presidente nacional do PSTU

7

---

Av. Nove de Julho, 925, Centro – São Paulo – SP – CEP 01313-000

Tel.: +55 11 5581 5776 – pstu@pstu.org.br

[www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)

